

JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ACTOS LÍCITOS

Edição histórica

2ª edição revista e ampliada

Área específica

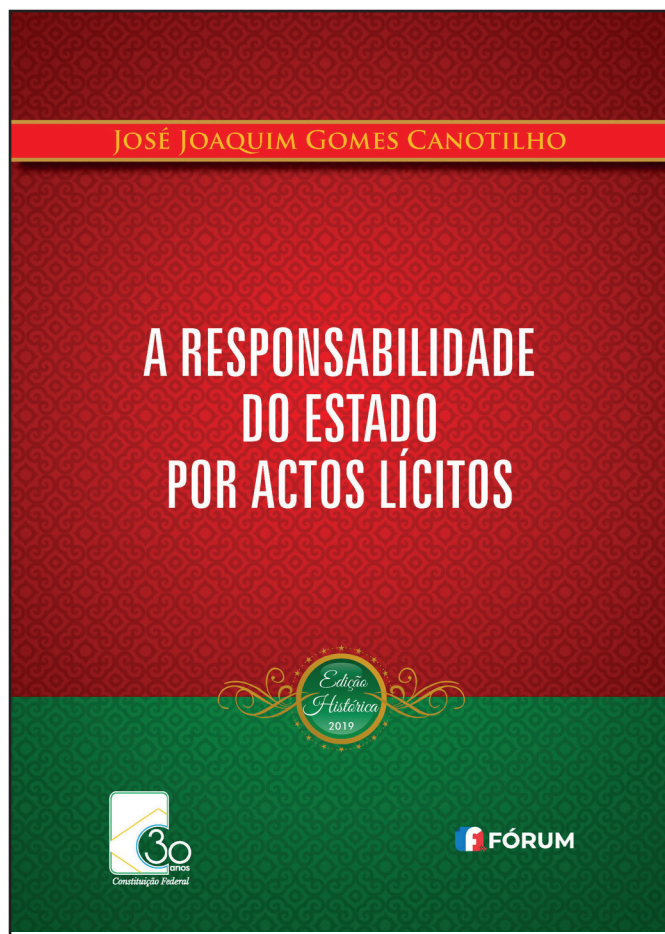
DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

RESPONSABILIDADE CIVIL,
FILOSOFIA DO DIREITO, TEORIA DO ESTADO

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DO DIREITO, ADVOGADOS,
JURISTAS, MAGISTRADOS
E SERVIÇOS PÚBLICOS



O livro tem como tema central a responsabilidade do Estado por actos lícitos. Ao texto original acrescentou-se o enquadramento geral da problemática da responsabilidade na doutrina contemporânea.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10001502

C227r

Canotilho, José Joaquim Gomes

A responsabilidade do Estado por actos lícitos / José Joaquim Gomes Canotilho. - 2. ed. rev. e ampl. - Belo Horizonte : Fórum, 2019.
209p. ; 17cm x 24.

ISBN: 978-85-450-0593-3

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Penal. 5. Direito Público. 6. Direitos Humanos. 7. Responsabilidade Civil. 8. Filosofia do Direito. 9. Teoria do Estado. I. Título.

2018-1255

CDD 340

CDU 34

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *A responsabilidade do Estado por actos lícitos*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 209p. ISBN 978-85-450-0593-3.

José Joaquim Gomes Canotilho

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade em Coimbra, aí assumiu, de 1970 a 2011, a regência de várias disciplinas da Secção de Jurídico-Políticas. Foi defensor officioso junto de tribunais militares durante três anos. Foi Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

Fez a sua preparação para o doutoramento em Freiburg e Heidelberg, na então República Federal da Alemanha. Exerceu funções de Conselheiro de Estado e é autor de um vasto número de obras, entre as quais se destacam *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador*, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, *Proteção do Ambiente e Direito da Propriedade (Crítica de Jurisprudência Ambiental)*, *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Emigrantes e Minorias*, *Peter Häberle: Ein "Príncipe" auf dem Gebiet des Verfassungsrechts*.

Foi Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito e Presidente da Comissão Nacional de Avaliação Externa dos Cursos de Direito, membro da Comissão para a Revisão do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, Presidente da Comissão de Curadores da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, Director do Tribunal Universitário Judicial Europeu, Administrador não Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Superior do Ministério Público. Foi condecorado por duas vezes pelo Senhor Presidente da República.

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA.....	13
------------------	----

O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COMO MOLDURA NORMATIVA DO DIREITO PÚBLICO

A – O lugar incerto da responsabilidade como princípio constitucional	15
I – A Responsabilidade como princípio jurídico-constitucional.....	15
II – Função heurística e função jurídica.....	17
B – O princípio da responsabilidade civil.....	17
I – Referências normativas.....	17
1. A responsabilidade como dimensão da juridicidade estatal.....	17
2. A responsabilidade como instituto de direito público europeu.....	18
II – Sentido internormativo e interjusfundamental	19
1. Referências normativas	19
2. Protecção jurídica primária e protecção jurídica secundária	20
C – O princípio da responsabilidade política	21
I – Referências normativas	21
II – Responsabilidade e função	21
D – Responsabilidade de garantia.....	23
I – Privatização e regulação.....	23
II – A responsabilidade de garantia	24
E – A responsabilidade de controlo.....	25
I – Sentido geral	25
II – Referências normativas	26
F – A “Nova Responsabilidade Política”	26
I – Responsabilidade e princípio da precaução.....	26
II – Responsabilidade pelo desempenho.....	27
G – O problema da unidade categorial da responsabilidade	28
§1 Considerações preliminares.....	31

PARTE I – NATUREZA E FUNDAMENTO DA RESPONSABILIDADE

§2	Ideias-força da evolução histórica da responsabilidade estadual.....	41
SECÇÃO I	A responsabilidade por actos lícitos no direito romano e intermédio	41
SECÇÃO II	O problema da indemnização com o advento do Estado de Polícia	43
SECÇÃO III	O problema da indemnização no Estado de Direito	47
§3	O sistema clássico das prestações indemnizatórias estaduais	57
SECÇÃO I	A responsabilidade por factos ilícitos	58
SECÇÃO II	Responsabilidade por actos lícitos e por risco	65
§4	Fundamento e natureza da responsabilidade civil	69

PARTE II – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ACTOS LÍCITOS

CAPÍTULO I – ACTOS IMPOSITIVOS DE SACRIFÍCIO

§5	Relevância constitucional da responsabilidade do Estado	91
§6	Responsabilidade por actos normativos lícitos.....	97
SECÇÃO I	Responsabilidade por facto das leis.....	98
SECÇÃO II	Responsabilidade por facto dos tratados e acordos internacionais.....	111
SECÇÃO III	Responsabilidade por danos emergentes de medidas de aplicação das leis.....	116
SECÇÃO IV	Responsabilidade por facto dos regulamentos	118
SECÇÃO V	Responsabilidade por danos resultantes de medidas de direcção económica.....	125
§7	Responsabilidade por facto da função jurisdicional	129
§8	Responsabilidade por facto da função administrativa	139
SECÇÃO I	Responsabilidade por actos administrativos lícitos	139
SECÇÃO II	Responsabilidade por risco	144

CAPÍTULO II – A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DO DANO RESSARCÍVEL.....	159
§9 A exigência de um dano especial e anormal	159
§10 Posições jurídico-subjectivas indemnizatoriamente relevantes.....	167
§11 A exigência de um dano directo. O problema do nexo de causalidade	179
§12 A licitude do acto e a limitação da indemnização	185
 CAPÍTULO III – A DIMENSÃO TELEOLÓGICA DOS ACTOS IMPOSITIVOS DE SACRIFÍCIO: A SATISFAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO	 189
BIBLIOGRAFIA.....	195
ÍNDICE	203